

DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NO PARANÁ: CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

Murilo Barche Alves – Doutorando em Educação - UEPG

(eternalhas@live.com)

Paola Andressa Scortegagna – Doutora em Educação - UEPG

(paolascortegagna@uepg.br)

Introdução

O presente trabalho, em estilo de ensaio, busca trazer reflexões sobre as tensões entre a regionalidade do Estado do Paraná e do Brasil no que tange o impacto de agentes internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Comércio Mundial (OCM), as relações de codependência no capitalismo e os aspectos contraditórios nestes. Considerando a subserviência do Brasil no cenário global, enquanto um país da periferia do capitalismo, percebe-se a dificuldade em romper com os laços hegemônicos criados historicamente.

A endogeneização regional, a ser exposta neste trabalho, propõe uma alternativa a esse modelo hegemônico capitalista atual, cujo Brasil e, conseqüentemente, o Estado do Paraná estão submetidos, como também formas de se atingi-la no plano econômico.

Desenvolvimento

A nova articulação global resultante da globalização, após a década de 1980, condicionou os países a adotarem novas posturas político-econômicas. A incidência do papel das organizações internacionais foi amplificada, e o aumento (ou manutenção) de uma hegemonia global onde países subdesenvolvidos e periféricos, como o Brasil, fez com que estes se mantenham às margens do capitalismo, e sua liberdade política e econômica submissas às vontades dessas organizações internacionais.

Como elencam Pinto e Gonçalves (2015), a autonomia dos países periféricos depende de sua capacidade de negociação e da condição política e econômica que ocupam no sistema global, caso contrário, esses países estão vulneráveis à imposição de normas externas que comprometem sua soberania, pois precisam estar dispostos a atender às exigências caso almejem continuar nos intercâmbios globalizados.

O fato do Brasil e sua relação no contexto internacional demonstra a contradição entre as necessidades do mercado global e as exigências locais. A OMC, por exemplo, tem tendências que não levam em conta os detalhes locais, obrigando a atender a economia mundial. Um exemplo é o caso da Índia em usar organismos geneticamente modificados, introduzido por empresas como a Monsanto, afetando a liberdade de produção do país em detrimento das exigências internacionais (Lindahl, 2022).

Portanto, a contradição entre a globalização e o desenvolvimento regional reside justamente no fato de que, enquanto a globalização busca promover uma educação sustentável (a exemplo, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030), ela também fragmenta e desconsidera a singularidade local, o que pode comprometer uma educação genuinamente sustentável. Concomitante a isso, a OMC, ao impor unilateralmente suas diretrizes comerciais a beneficiar o mercado, acabam por enfraquecer a autonomia de decisões dos países periféricos do capitalismo, dificultando a ascensão destes.

Historicamente fornecedor de alimentos, o Brasil experimentou entre 1979 e 2009 uma ampliação nas exportações de manufaturados, sugerindo uma tentativa de diversificação econômica. Porém, com a reconfiguração das potências centrais do capitalismo, o país retornou ao modelo agroexportador. Esse modelo prioriza a maximização dos lucros, negligenciando inovação e diversificação econômica (Silvestre, 2022).

Este padrão é mantido pela quantidade de terras do latifúndio, o que acarreta numa produção que visa lucro e aumenta as diferenças no campo. A agricultura familiar, que é importante para a diversificação e distribuição de renda, enfrenta problemas para se manter. O atrito entre agronegócio e agricultura familiar, com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) diariamente, em especial no Estado do Paraná.

No Paraná, assim como a grande maioria dos estados brasileiros, a soja é o principal produto para exportação e isso deixa a economia mais sensível a mudanças no mercado global (Gonçalves Jr. et al., 2021). A dependência do mercado externo atrapalha o crescimento regional, uma vez que se torna vulnerável e dependente de seus compradores, além de ser uma tendência à monocultura.

Para acabar com essa dependência e apoiar um crescimento independente, no atual estágio do capitalismo brasileiro, é importante investir em formação especializada, ao

mesmo tempo que se supera as contradições da economia interna, para uma criar especialistas. Nassif (2023) elucida que a superação do subdesenvolvimento está em fazer um mercado interno forte, o que pede a união econômica entre os estados, principalmente por meio de políticas públicas contundentes.

As políticas públicas se focam na estrutura que guiam ações econômicas e sociais. Para Marx (2024), o modo de produção define todas as relações sociais e políticas, mostrando assim que ele afeta diretamente a organização social. Então, para o autor, a sociedade capitalista é moldada pelas relações de produção, como valor, lucro, venda, mercadoria e dinheiro; e todas as áreas da vida são submissas à mesma.

No Brasil, essa situação é demonstrada pela sua história econômica, que possui diretrizes à exportação de alimentos, com a ausência de estratégias para superá-la, tanto na formação humana, quanto na forma econômica. Isso se vê no Plano Safra, adotado recentemente, que favorece os interesses do latifúndio agroexportador.

Essa ideia para a atuação num mercado de trabalho hegemônico também se manifesta na educação. Por causa do Novo Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino, após as referidas reformas político-educacionais, está focado em formar trabalhadores às necessidades do mercado, deteriorando a formação integral e reforçando o apagamento da singularidade não só dos educandos, mas da territorialidade.

Nesse contexto, a superação da dependência externa e a promoção do desenvolvimento regional endógeno e independente, para alavancar um genuíno desenvolvimento das forças produtivas, exigem um rompimento, mesmo que parcial, com as condições de subordinação. Como fazer isso diante de políticas públicas que vão na contramão desta possibilidade?

Boisier (2022) traz que o desenvolvimento regional endógeno – forma de desenvolvimento autossuficiente de determinada região – precisa de alguns elementos a serem contemplados. Trazendo para a realidade brasileira, o fortalecimento da articulação inteligente entre governo federal (macro) e governo estadual (micro), a mobilização da população da região em direção ao reconhecimento de seu território e suas particularidades e uma educação voltada à criação de inovação.

Cabe ressaltar que, segundo o autor acima mencionado, a relação de dominação exercida de uma região sob a outra precisa se transformar em cooperativa: valorização.

Considerações finais

A integração do Paraná a si próprio, no plano econômico e educacional, não excluindo as relações com o Brasil, é capaz de concretizar um desenvolvimento regional endógeno adequado para que o estado conflua no aprimoramento de suas relações internas e até externas, rompendo com a lógica de exportador de insumos do setor primário. Contudo, políticas públicas protagonizando as particularidades locais e regionais são de fundamental importância para mediar este processo e estimular o desenvolvimento técnico-científico e o desenvolvimento humano integral. Não basta apenas criar um plano abstrato com ideias abrangentes, seguindo tendências neoliberalizantes globais: o verdadeiro protagonismo está em tornar o território em um local fértil para sua autossuficiência e dos sujeitos que ali habitam.

Superando essa imposição histórica e se tornando cada vez menos dependente da relação capitalista internacional, neste modelo agroexportador responsável por reger a economia, sobretudo em números refletidos no Produto Interno Bruto (PIB), o Estado do Paraná precisa olhar para as tendências de outros países nos planos educacional e econômico. A modernização tecnológica é o primeiro passo. O segundo passo é criar sua própria tecnologia com o estímulo nas escolas e universidades, assegurando que os estudantes terão boa formação, comparada às dos países centrais.

Diante disso, só é viável de realizar este processo com uma educação que forme sujeitos capacitados não apenas para a atividade dos setores historicamente visados, mas também para atender às demandas de qualificação técnica para ascender no setor quaternário, evidentemente não deixando a formação humana em segundo plano.

Referências

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas - PPP**, (13) (1996), 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acesso em: 9 jan. 2025.

GONÇALVES Jr, Carlos Alberto; LOPES, Ricardo Luís; GAFFURI, Juliana Karina Feil Szymanek. Dimensão do agronegócio paranaense: uma análise inter-regional de insumo-

produto. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 42, n. 140, p. 89-106, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/download/1172/1242/5540>. Acesso em: 13 jan. 2025.

LINDAHL, Hans. **A autoridade e a globalização da inclusão e exclusão**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2024.

NASSIF, André. **Desenvolvimento e estagnação**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Revista Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, ago. 2015. Disponível em: www.scielo.br/j/ecos/a/qbCYbhPGk3FCVnwCK6gNkDH/. Acesso em: 9 jan. 2025.

SILVESTRE, João Gabriel Heilbuth. **O modelo agroexportador brasileiro: a experiência do descobrimento ao século XXI**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34672/3/ModeloAgroexportadorBrasileiro.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.